

AUTISMO E ESCOLA: DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

CADORI, Solange

Licenciando em Pedagogia no Centro Universitário Internacional UNINTER

ALBRECHT, Ana Rosa Massolin

Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER

RESUMO

O presente trabalho tem como tema autismo e escola, desafios da inclusão no ensino regular, é uma pesquisa bibliográfica qualitativa, pois, foi feita em livros, artigos científicos e sites direcionados ao tema Inclusão escolar de crianças com autismo. Após a elaboração de toda a pesquisa percebeu-se que o autismo ainda assunta muitos profissionais que trabalham na área da educação, mas aos poucos o processo de inclusão escolar está acontecendo. Não somente o autista, mas todas as pessoas com alguma deficiência têm direito a uma educação que atenda às necessidades básicas de aprendizagem. Sendo assim, pode-se afirmar que a educação é a principal ferramenta para o desenvolvimento de uma criança autista e através dela que a criança aprende conteúdos das variadas disciplinas e atividades do cotidiano, pensar em atividades para crianças autistas é uma tarefa complexa, mas, com dedicação, amor, estas crianças podem alcançar uma vida mais independente e com qualidade. Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo. Por fim, conclui-se que a inclusão no ensino regular é uma tarefa com grandes desafios, pois, para receber crianças autistas nas escolas é preciso adequar ambientes ou salas de aula, adaptar o currículo e as metodologias de ensino, bem como investir em capacitação e formação os docentes para que e tenha conhecimento sobre a necessidade da criança autista fazendo com que ela sinta-se confiante no ambiente escolar.

Palavras chave: Autismo. Inclusão. Formação Profissional.

1.INTRODUÇÃO

O processo de inclusão é bastante debatido no âmbito do ensino regular, é preciso fazer uma reflexão tano da inclusão de crianças autistas como dos professores que muitas vezes não se sentem preparados para recebe-los. A escola juntamente com o professor enfrenta desafios para promover o contato inicial da criança autista

na sala de aula, é o professor o responsável em desenvolver atividades para incluí-lo com os colegas.

Sendo assim, percebe-se que o grande desafio é pensar em uma educação para todos sem discriminar ninguém e atender as diversidades em sala de aula e as necessidades educacionais especiais dos alunos, principalmente dos autistas, pois, independente do tipo de deficiência a criança precisa de caminhos alternativos para alcançar o aprendizado.

A Constituição Federal Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA garantem direitos educacionais e condições de igualdade para pessoas autistas para permanecerem no ensino regular, com isso acredita-se que é de fundamental importância desenvolver uma pesquisa a respeito do tema, pois, não existem muitas pesquisas a respeito do tema.

Acredita-se que a aprofundar conhecimentos sobre inclusão escolar de crianças com autismo no ensino regular irá contribuir para a aquisição de novos conhecimentos que irão nortear futuros docentes que irão trabalhar com crianças autistas, por fim, acredita-se que esses novos conhecimentos também contribuirão na formação e capacitação profissional.

Sendo assim, o presente trabalho tem como problematização: Quais são os desafios do professor no processo de inclusão escolar de crianças autistas no ensino regular? O objetivo geral é pesquisar quais os desafios da inclusão escolar da criança autista, e os objetivos específicos são: buscar na literatura conceitos sobre autismo; analisar o processo de inclusão da criança autista no ensino regular; identificar quais são os desafios dos docentes que trabalham com crianças autistas; apresentar quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem do autista.

A estrutura do trabalho iniciara com introdução tema, metodologia, um embasamento teórico contendo os seguintes tópicos: história e conceitos sobre o autismo, conceitos sobre inclusão, inclusão do autista no ensino regular e o papel do docente no processo de inclusão, por fim as considerações finais do trabalho de acordo com o objetivo proposto.

2.HISTÓRIA E CONCEITOS SOBRE O AUTISMO

O autismo impossibilita a comunicação e convivência da criança em sociedade, também é um transtorno que causa um retardo em seu desenvolvimento. Não é possível fazer um diagnóstico após o nascimento da criança, é com o passar do tempo que as características vão aparecendo, os pais devem cuidar com os comportamentos relacionados a idade cronológica da criança e tudo o que acharem anormal deve ser observado com mais cautela.

Em 1908 foi criado o termo autismo, pelo psiquiatra suíço *Eugen Bleuler*, na época o psiquiatra relacionava o autismo a esquizofrenia (FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ SETUBAL, 2021). O quadro 1 descreve outros pontos fundamentais da história do autismo.

1943	O psiquiatra Leo Kanner publica a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, descrevendo 11 casos de crianças com um isolamento extremo, ele usa também o termo “autismo infantil precoce”.
1944	Hans Asperger escreve o artigo “A psicopatia autista na infância”, destacando a ocorrência preferencial em meninos. Como seu trabalho foi publicado em alemão na época da guerra, o relato recebeu pouca atenção e, só em 1980, foi reconhecido como um pioneiro no segmento.
1952	A Associação Americana de Psiquiatria publica a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais DSM-1. Referência mundial para pesquisadores e clínicos do segmento. Nesta primeira edição, os diversos sintomas de autismo eram classificados como um subgrupo da esquizofrenia infantil, não sendo entendido como uma condição específica e separada.
Anos 50 e 60	Durante os anos 50, houve muita confusão sobre a natureza do autismo, e a crença mais comum era de que o distúrbio seria causado por pais emocionalmente distantes. No entanto, nos anos 60, crescem as evidências sugerindo que o autismo era um transtorno cerebral presente desde a infância e encontrado em todos os países e grupos socioeconômicos e étnico-raciais.
1965	Diagnosticada com Síndrome de <i>Asperger</i> , <i>Temple Grandin</i> cria a “Máquina do Abraço”, aparelho que simulava um abraço e acalmava pessoas com autismo.
1978	O psiquiatra Michael Rutter classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, criando um marco na compreensão do transtorno. Ele propõe uma definição com base em quatro critérios: atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual; problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada; comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e início antes dos 30 meses de idade.
1980	Michael Rutter deu origem a elaboração do <i>DSM-3</i> , aonde, o autismo é reconhecido pela primeira vez como uma condição específica e colocado em uma nova classe, a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Este termo reflete o fato de que múltiplas áreas de funcionamento do cérebro são afetadas pelo autismo e pelas condições a ele relacionadas.

1981	A psiquiatra Lorna Wing desenvolve o conceito de autismo como um espectro e cunha o termo Síndrome de Asperger, em referência à Hans Asperger. Fundou a <i>National Autistic Society</i> , juntamente com Judith Gold, e o Centro <i>Lorna Wing</i> .
1988	O psicólogo Ivar Lovaas publica um estudo sobre a análise do comportamento, demonstrando os benefícios da terapia comportamental intensiva. Dezenove crianças autistas entre 4 e 5 anos foram submetidas a 40 horas de atendimento e, depois de dois anos, o QI delas havia aumentado 20 pontos em média. Durante os anos 1980 e 1990, a terapia comportamental e os ambientes de aprendizagem altamente controlados emergem como os principais tratamentos para o autismo e condições relacionadas.
1988	Sucesso de bilheteria, <i>Rain Man</i> torna-se um dos primeiros filmes comerciais a caracterizar um personagem com autismo.
1994	Novos critérios para o autismo foram avaliados em um estudo internacional multicêntrico, com mais de mil casos analisados por mais de 100 avaliadores clínicos. Os sistemas do DSM-4 e da CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças) tornaram-se equivalentes para evitar confusão entre pesquisadores e clínicos. A Síndrome de Asperger é adicionada ao <i>DSM</i> , ampliando o espectro do autismo, que passa a incluir casos mais leves, em que os indivíduos tendem a ser mais funcionais.
1998	A revista <i>Lancet</i> publicou um artigo do cientista Andrew Wakefield, no qual afirmava que algumas vacinas poderiam causar autismo. Em maio de 2014, o cientista perdeu seu registro médico. A revista <i>Lancet</i> também se retratou e retirou o estudo de seus arquivos pela falta de comprovação dos resultados.
2007	A ONU instituiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Em 2018, o 2 de abril passa a fazer parte do calendário brasileiro oficial como Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.
2012	É sancionada, no Brasil, a Lei Berenice Piana (12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
2013	O <i>DSM-5</i> passa a abrigar todas as subcategorias do autismo em um único diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os indivíduos são agora diagnosticados em um único espectro com diferentes níveis de gravidade.
2014	O maior estudo já realizado sobre as causas do autismo revelou que os fatores ambientais são tão importantes quanto a genética para o desenvolvimento do transtorno. Isto contrariou estimativas anteriores, que atribuíam à genética de 80% a 90% do risco do desenvolvimento de TEA. Foram acompanhadas mais de 2 milhões de pessoas na Suécia entre 1982 e 2006, com avaliação de fatores como complicações no parto, infecções sofridas pela mãe e o uso de drogas antes e durante a gravidez.
2015	A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aumenta a proteção aos portadores de TEA ao definir a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”. O Estatuto é um símbolo importante na defesa da igualdade de direitos dos deficientes, do combate à discriminação e da regulamentação da acessibilidade e do atendimento prioritário.

Quadro 1: História do autismo Fonte: FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ SETUBAL (2021).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR) destaca que o transtorno autista consiste na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e

um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo (FERRARI, 2017).

Sendo assim percebe-se que com o passar do tempo os pais primeiramente serão as pessoas que irão notar algum comportamento estranho na criança, e após isso, na escola os professores perceberão atitudes relacionadas a comunicação, comportamento e interação social e irão direcionar a criança para uma avaliação e ver qual é o diagnóstico.

As primeiras características do autismo foram ditadas por Leo Kanner, em 1943, e a síndrome foi definida como distúrbio autístico do contato afetivo. Ela aparece de maneira precoce e ocorre principalmente sobre o sexo masculino. Como afirma Cunha (2016, p. 13):

O autismo emprega implicações no diagnóstico antecipado do paciente, dirigindo-se para diversas formas de intervenções específicas para o tratamento do mesmo. Quando constatado o autismo em crianças, percebe-se a existência de três eixos sintomáticos: as relações interpessoais, os atos comunicativos e as situações comportamentais, que aparecem antes dos 36 meses de idade. Maior diferença na interação entre esses eixos justifica a variação dos casos e, por isso, a definição desses quadros é denominada espectro autístico.

Cientificamente não se sabe ao certo as suas causas, pode estar associado a alguma má formação do cérebro ou a algum trauma acontecido durante a gestação. Para Chiari (2018) o autismo é considerado uma disfunção cerebral, onde as disfunções observadas nas regiões temporais explicam boa parte dos sintomas clínicos, sobretudo os déficits ligados à capacidade perceptiva, às reações emocionais e à área da cognição, presentes no autismo.

O autismo apresenta algumas características como: crescimento irregular revelado antes dos 3 anos de idade, isolamento social; dificuldade de comunicação; comportamento focalizado e repetitivo; medos, fobias; distúrbio no sono e na alimentação; crises de fúria e nervosismo (CUNHA, 2016).

É preciso paciência e conhecimento para conseguir entender esses comportamentos, portanto, o apoio e o carinho da família possibilitam uma boa relação com a criança autista. A família é quem direciona a criança as primeiras aprendizagens voltadas a valores e culturas, e nesse primeiro processo de

aprendizagem no âmbito familiar que iniciam os primeiros desafios relacionados ao comportamento que muitas vezes se tornam agressivos.

Também pode - se destacar outros comportamentos que fogem da normalidade e repetitivos como os movimentos das mãos e dos pés, mordidas frequentes nas mãos ou outras partes do corpo, desinteresse em compartilhar afetos, rejeição do colo, ou desinteresse em comunicar-se com outras crianças. Cientificamente não se sabe ao certo as suas causas, pode estar associado a alguma má formação do cérebro ou a algum trauma acontecido durante a gestação.

Para Chiari (2018) o autismo é considerado uma disfunção cerebral, onde as disfunções observadas nas regiões temporais explicam boa parte dos sintomas clínicos, sobretudo os déficits ligados à capacidade perceptiva, às reações emocionais e à área da cognição, presentes no autismo.

Com tudo, é preciso fazer um acompanhamento durante todo a gestação, manter uma alimentação saudável, não ingerir bebidas de álcool, drogas, fazer uso de cigarros, sendo assim a prevenção e os cuidados na gestação devem ser redobrados.

2.1 CONCEITOS SOBRE INCLUSÃO

A inclusão escolar atualmente está em processo de transformação. Para que todo esse processo aconteça de forma prazerosa tanto para a escola, como para o aluno, é preciso que todos estejam preparados para essas mudanças. Para Rodrigues (2021) inclusão é propiciar a ampliação do acesso de alunos autistas às classes regulares, propiciar aos professores da classe regular um suporte técnico, com o objetivo de estabelecer formas criativas de atuação com as crianças autistas e propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum do ensino regular.

Com isso, percebe-se que educação inclusiva deve atender os alunos com qualidade, oferecer condições e capacitação aos docentes para que de fato o processo aconteça de forma direta ou indiretamente, é preciso lutar por uma sociedade inclusiva em virtude da mesma apresentar diferenças e diversidades. Sendo assim, a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade (STAIMBACKS, 2019).

Sabe-se que a inclusão preocupa muitos docentes e gestores que trabalham com educação, pois, é preciso reformular o currículo e as estratégias de ensino, por isso, é preciso avaliar a realidade do aluno e a realidade do espaço escolar. De acordo com Staimbacks, (2019, p. 63):

A escola está estruturada para trabalhar com a homogeneidade e a tendência é focar as deficiências dos nossos sistemas educacionais no desenvolvimento pleno da pessoa, onde se fala em fracasso escolar, no déficit de atenção, na hiperatividade e nas deficiências onde o problema fica centrado na incompetência do aluno. É preciso refletir sobre a educação em geral para pensarmos em inclusão da pessoa com deficiência ou na inclusão da criança autista.

Com isso, a inclusão depende da visão da sociedade e das mudanças que nela o cercam, é preciso reflexões dos professores, gestores, pais, alunos, enfim toda a comunidade, bem como é preciso saber o diagnóstico da criança autista para direcionar as atividades e obter sucesso na educação de uma forma global.

Para Fumegalli (2020) a inclusão é o princípio fundamental da educação inclusiva, quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. É preciso mudar a visão de que é o aluno que precisa adaptar-se à escola, pois, para que a educação inclusiva aconteça a comunidade escolar precisa preparar uma didática voltada para o aluno com deficiência, apresentando alternativas de integração que desperte interesse de adaptação de modo geral.

Com a criança autista não é diferente, a escola precisa estar preparada para recebe-lo e o professor precisa preparar suas aulas de forma que a criança consiga ter uma adaptação sem que ocorram mudanças de comportamentos, outra questão são os colegas que precisam entender a criança autista e evitar qualquer tipo de preconceito ou estranheza.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, refere-se que a pessoa com necessidades educativas especiais estará "preferencialmente" incluída, mas também haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 2021).

Portanto, o processo de inclusão no espaço escolar é diferente de tudo o que está nas legislações e é um assunto que precisa de muito debate e reflexões acerca do tema, mesmo sabendo que a educação especial avançou bastante sobre o que se refere a inclusão de forma global, principalmente da inclusão do autista no ensino regular.

2.2 INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO REGULAR

Para que haja inclusão é preciso uma união entre todos que fazem parte da vida dos alunos com deficiência, como: educadores, pais, membros da comunidade e alunos.

Outro ponto importante sobre a inclusão no ensino regular é o currículo, sobre o ponto de vista de Ribas (2017, p. 78): “O currículo deve ser adaptado em sua íntegra, priorizando a necessidade do aluno, sendo possível inserir, eliminar, completar e ainda, criar novos objetivos alternativos, pensando sempre na garantia da aprendizagem”.

Portanto, entende-se que o objetivo da inclusão é possibilitar boas condições de aprendizagem para todos de forma que venha transformar as ações pedagógicas de todas as escolas que possuem ensino regular. A inclusão da criança autista deve promover o desenvolvimento e o processo de ensino e aprendizagem aconteça, a criança não deve estar inserida na escola só por estar a educação deve acontecer de forma integral.

Nesse contexto, a abordagem pedagógica inclusiva é aquela em que o conhecimento é construído pelo sujeito e a aprendizagem, é um processo com tempo e ritmo diversificado, determinado pela qualidade da interação, do nível de participação e problematização, das oportunidades de vivenciar experiências, e de construir significados, elaborar e partilhar conhecimentos em grupos (OLIVEIRA, 2021).

Portanto, a escola, o professor e a família são peças chave para o aluno no desenvolvimento, aprendizagem e na formação social. Assim, para que a educação inclusiva aconteça é preciso que os professores saibam interagir com os alunos para que os mesmos saibam o motivo que eles foram inseridos no ambiente escolar.

Na visão de Souza (2018, p 47):

Na educação inclusiva torna-se imprescindível que os educadores se coloquem como profissionais transdisciplinares, com conhecimento básico em cada área específica (fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, médico etc.). A escola inclusiva e toda a comunidade precisam estar envolvidas e o projeto pedagógico e as estratégias de sala de aula devem enfatizar o ensino, em vez de focalizar a deficiência do aluno preocupar-se com tipo de resposta educativa e proporcionar os recursos e apoios adequados.

Contudo, as ações voltadas para os direitos do aluno com deficiência devem ser analisadas e avaliadas, para assim conseguir se fazer uma educação voltada para a inclusão. É preciso rever os objetivos traçados no planejamento escolar do ensino regular e adapta-lo de acordo as necessidades de cada criança, bem como promover capacitação profissional para os docentes que irão trabalhar com crianças autistas. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área (SANTOS, 2018).

A escola tem função de investigar o diagnóstico da criança pois, é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares, é aonde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais, o autista encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular e essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo (CUNHA, 2016).

Uma maneira de melhorar a adaptação da criança é adaptar o currículo de acordo com a necessidade da criança autista, pensado em atividades práticas de forma lúdica, são essas atividades que irão ajudar o docente incluir a criança autista nas atividades em sala de aula. De acordo com Valle e Maia (2010, p. 23), a adaptação curricular se define como “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos”.

As adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possuem a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.

Isso é facilmente realizado quando há disponibilidade do profissional da sala de recurso na escola, que contribui para que sejam planejadas as ações pedagógicas e o conteúdo que o aluno deve aprender (VALLE; MAIA, 2010). Flexibilizar o currículo

é criar vínculos entre educadores e pais, para que as atividades aconteçam de forma que sejam direcionadas para a educação do aluno com autismo.

A interação com a família é importante, esses laços ajudam o trabalho do professor com a criança autista. Segundo Gauderer (2011), as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem.

Segundo Luckesi (2015, p. 27):

Atividades que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem que agucem a sua consciência sensório motor, fino e grosso, como atividades que utilizem pinças, jogos com botões, garrafas pets, estimulando o toque em materiais fofos, como almofadas, entre outros. É provável que o aluno, no início de seu convívio com o professor, demonstre agressividade, desinteresse, porém, cabe ao educador criar estratégias que diminuam essas problemáticas e conduzir os conteúdos pertinentes ao seu desenvolvimento. Trabalhar com crianças com autismo é um desafio diário. O professor terá que perceber as dificuldades, as limitações e as potencialidades, gostos e estímulos que mais o auxiliarão a atingir os objetivos com esses alunos.

Nota-se que trabalhar com o lúdico facilita o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança autista bem como ajuda na capacidade psicomotora, utilizando atividades lúdicas é proporcionar novas experiências tanto para a criança como para o professor.

2.3 O PAPEL DO DOCENTE NO PROCESSO DE INCLUSÃO

O docente é o profissional que está em contato diretamente com as crianças no processo de inclusão, está nele a responsabilidade pela educação da criança no contexto socioeducativo. É preciso conhecer e entender uma criança autista para poder desenvolver estratégias pedagógicas voltadas a criança com deficiência. De acordo com Tacca (2016, p. 33):

O docente deve relacionar os objetivos de ensino, os conteúdos e as estratégias pedagógicas de forma que essa correlação possibilite aos alunos a aprendizagem dos conteúdos planejados. Entretanto, para a autora, essa correlação não se encerra em si, pois, se os alunos não são devidamente considerados nesse planejamento, mesmo que os objetivos estejam bem explicitados e tecnicamente formulados, a aprendizagem ficará prejudicada. As estratégias pedagógicas devem ser consideradas a partir do referencial das relações sociais estabelecidas em sala de aula, em particular a relação professor-aluno.

Portanto, de acordo com a maneira que a criança com autismo se relaciona, criam-se oportunidade que oferece ao docente a possibilidade de conhecer, e intervir no pensamento do aluno, favorecendo-o frente ao conhecimento. Isso fortalece a confiança entre o autista e o professor, ou entre o autista e ambiente escolar (TACCA, 2016).

Sendo assim, é importante que as crianças que frequentam o ensino regular estejam informadas sobre o que é uma criança autista, isso, ajuda na socialização e na adaptação tanto da criança, como dos colegas e do professor. Assim, por meio do diálogo o professor poderá analisar como está o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, e encontrar uma didática de ensino que faça o aluno aprender, pois, ao receber uma resposta do aluno, o professor vai dialogar com ele a fim de compreender o processo de ensino, para que se discutam novas práticas pedagógicas reelaborando sua aprendizagem.

Nesta mesma direção, segundo Fumegalli (2020, p. 40):

A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos.

O professor deve desenvolver metodologias de aprendizagem para que o aluno autista consiga se comunicar e se desenvolver. As atividades devem ser lúdicas e estar de acordo com a sua capacidade cognitiva e motora, bem como de acordo com sua idade e não de acordo com o seu interesse, pois, geralmente tem seus temperamentos ou comportamentos alterados ou não é fácil manter uma comunicação com eles.

Trabalhar com alunos autistas exige o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que acolham todos e respeitem as diferenças. Para Gonzáles (2016, p. 44):

Essa estratégia possibilita a ação do aluno, permitindo-lhe refletir sobre o material aprendido. Ela cria ainda a oportunidade para a ação criativa do aprendiz ante o conteúdo, passando da mera compreensão à elaboração de

novos conhecimentos. Nesta perspectiva, o aluno assume uma postura ativa ante o conhecimento e seu processo de aprendizagem, o que permite o alcance da compreensão dos processos motivacionais e das emoções neles envolvidas.

Com isso, nota-se que as atividades ou estratégias pedagógicas do professor devem promover a educação de crianças inclusas e respeitando as adversidades. Para Tacca (2016) o professor deve, com isso, coordenar seus conhecimentos sobre a criança, sobre si e sobre o conhecimento com as exigências operacionais que trazem do contexto vivido.

Portanto, não existe uma maneira específica para ensinar o aluno com deficiência, é preciso conhecer as diferenças que existem em sala de aula para que as atividades educativas sejam adaptadas de acordo com cada criança, pois, o professor que optar por trabalhar com aluno incluso precisa estar preparado a encarar os obstáculos e procurar encontrar formas para promover a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno da melhor forma possível, de forma global e em conjunto com os demais alunos.

Por fim, percebe-se que o comportamento de um autista nem sempre é pela comunidade escolar ou por crianças normais que frequentam o ensino regular, por isso os desafios para o docente trabalhar com essas diversidades são grandes, sendo necessário conhecimento e capacitação e profissionalismo, o docente precisa sair da zona de conforto e ir além de formação acadêmica, a formação continuada do professor são extremamente importantes para aprender o compreender e trabalhar com o aluno autista.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é bibliográfica qualitativa, pois, foi feita em livros, artigos científicos e sites direcionados ao tema. A pesquisa bibliográfica é a estrutura dos trabalhos científicos é feita através de trabalhos publicadas em livros, artigos científicos, sites da internet. A realização da pesquisa bibliográfica é fundamental para que se conheça e analise as principais contribuições teóricas sobre um determinado tema ou assunto (GIL, 2010).

A pesquisa qualitativa produz informações, preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GIL, 2010).

Após feito todo o levantamento bibliográfico da pesquisa, será feita uma análise dos dados coletados e feita a conclusão de toda a pesquisa, seguindo os objetivos propostos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração de toda a pesquisa percebeu-se que o autismo ainda assunta muitos profissionais que trabalham na área da educação, mas aos poucos o processo de inclusão escolar está acontecendo. Não somente o autista, mas todas as pessoas com alguma deficiência têm direito a uma educação que atenda às necessidades básicas de aprendizagem.

O autismo é uma doença complexa que dificulta a socialização e a interação causando isolamento no aluno, portanto cabe a escola adaptar e modificar o ambiente da sala de aula, também fornecer materiais específicos de fácil manejo para facilitar a adaptação do autista na escola, pois, o mesmo necessita desenvolver uma rotina nas suas atividades diárias.

O processo de inclusão do aluno autista teve grandes avanços, e a sua adaptação no ensino regular também, mas ainda necessita de capacitação e profissionalização dos professores, pois, em meio as dificuldades nota-se que a falta de conhecimento é um fator que dificulta identificar as necessidades dos alunos autistas durante as atividades básicas em sala de aula.

Percebeu-se que é preciso buscar novas práticas pedagógicas e sociais específicas para a educação do aluno autista, pois, é importante não deixar o isolamento faça parte da sua rotina, é preciso que os professores busquem formas pedagógicas que proporcionem a interação e a socialização da criança, para que o mesmo consiga viver em sociedade e participe das atividades escolares.

Sendo assim, pode-se afirmar que a educação é a principal ferramenta para o desenvolvimento de uma criança autista e através dela que a criança aprende conteúdo das variadas disciplinas e atividades do cotidiano, pensar em atividades para crianças autistas é uma tarefa complexa, mas, com dedicação na elaboração e

aplicação das aulas e uma estrutura para desenvolver suas habilidades as crianças autistas que frequentarem ensino regular conseguirão ter uma vida com qualidade e autonomia.

Por fim, conclui-se que a inclusão no ensino regular é uma tarefa com grandes desafios, pois, para receber crianças autistas nas escolas é preciso adequar ambientes ou salas de aula, adaptar o currículo e as metodologias de ensino, bem como investir em capacitação e formação os docentes para que e tenha conhecimento sobre a necessidade da criança autista fazendo com que ela sinta-se confiante no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acessado em: 22/12/2021.

CHIARI, B. M. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do autismo infantil e da síndrome de Asperger**. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, ano 13, n. 3, p. 296-299, 2018.

CUNHA, E. **Autismo e educação escolar: um olhar psicopedagógico**. Revista Científica Contexto/Facnec, ano 1, n. 1, jun. 2016.

FERRARI, P. **Autismo infantil: o que é e como tratar**. São Paulo: Paulinas, 2017.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?** Ijuí, 2020.

FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ SETUBAL. **Marcos históricos do autismo**. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

GAUDERER, E. C.; PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e Subjetividade**. São Paulo: Pioneira, 2013.

LUCKESI, C. C. **Ludicidades e atividades lúdicas: uma abordagem a partir das experiências Internas**. Nativa - Revista de Ciências Sociais, nº 2, 2015.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista.** Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 23 de dez. de 2021.

RIBAS, João Batista Cintra. **As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira.** Brasília: CORDE, 2017.

RODRIGUES, David. **O que é a Inclusão?** Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-que-e-a-inclusao-1628577>. Acessado em: 22/12/2021.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão - Um guia para educadores.** Ed.Artmed. 2019.

SANTOS, H. T. **Investigação dos processos de aprendizagem: contribuições para uma intervenção pedagógica no âmbito das relações sociais.** Brasília: 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. **Estratégias pedagógicas: conceituação e desdobramentos com o foco nas relações professor-aluno.** Alinea: São Paulo, 2016.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.